



## **A VIOLÊNCIA COMETIDA POR PROFESSORES/AS EM ESCOLAS BRASILEIRAS: UMA FACE DO LADO SOMBRIO DA CARTOGRAFIA ESCOLAR BRASILEIRA**

Elaine Cristina Scarlatto

UNESP/Araraquara

E-mail: elaine\_unesp@hotmail.com

Marilda da Silva

UNESP/Araraquara

E-mail: marilda@fclar.unesp.br

### **INTRODUÇÃO**

Esta reflexão está diretamente relacionada à pesquisa em desenvolvimento intitulada Violência por professores e professoras na voz de suas vítimas: uma estrutura do *habitus* profissional em professores brasileiros, financiada pela FAPESP. Tal pesquisa visa mostrar por meio de fontes autobiográficas produzidas por alunos/as<sup>1</sup> se a violência cometida por professores/as (neste caso brasileiros/as) em sala de aula contra estudantes funciona como uma estrutura estruturante do *habitus* dos respectivos profissionais.

Neste momento trabalhamos com a produção bibliográfica de 2001 a 2009 cuja temática é a violência por professores/as contra seus/as alunos/as em sala de aula. Essas fontes são teses e dissertações defendidas em programas de Pós-Graduação de universidades brasileiras. Trata-se, assim, de uma revisão analítica da referida literatura, com o quê mostramos parte do que denominamos: lado sombrio da cartografia escolar brasileira.

---

<sup>1</sup> Trata-se de 186 histórias de escolarização produzidas por 186 alunos/as em 2004, 2007 e 2010. A produção dessas histórias ocorreu no âmbito da disciplina Didática II que é ministrada no primeiro semestre, na seriação ideal, pela profa. Marilda da Silva ao terceiro ano da Licenciatura em Pedagogia, oferecida pela Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara – UNESP. A professora Marilda é coordenadora da pesquisa em questão no âmbito da FAPESP.



## A METODOLOGIA E A COLETA DE DADOS<sup>2</sup>

Definimos o ano de 2001 como marco inicial deste levantamento em função do texto Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil de autoria de Marília Pontes Sposito - publicado em tal ano -, constituir no campo educacional brasileiro o primeiro balanço sobre a temática violência em meio escolar. Essa pesquisa abordou o período que vai de 1980 à entrada ao século XXI. Em relação aos mestrados e doutorados produzidos nos Programas de Pós-Graduação em Educação, Sposito, verificou que de 1980 a 1998 dentre uma produção de 8.667 pesquisas somente nove trabalhos contemplavam o tema em questão. Portanto, pode-se dizer que o fenômeno não foi preocupação de nosso campo educacional em passado muito recente, tendo em vista sua explosão na sociedade brasileira nas últimas três décadas. De acordo com a autora, os fatores que impulsionaram o aumento do número de pesquisas sobre a violência em meio escolar no final da década de 1990 são, sobretudo, o destaque dado pela mídia aos recorrentes episódios de violência em âmbito escolar e a temática da segurança no debate público.

A partir do trabalho de Sposito buscamos, então, no site da Base de Teses<sup>3</sup> da Capes pesquisas produzidas em âmbito nacional cujo objeto é diferentes violências manifestadas em âmbito escolar, no período que corresponde os anos: 2001 a 2009. Para isso, utilizamos os descritores ‘violência escolar’, ‘agressividade e escola’ e, por último, ‘violência e professor’. Os trabalhos foram selecionados primeiramente por meio da leitura dos títulos e dos resumos, uma vez que a base de dados utilizada foi a CAPES. Localizamos por meio de títulos e resumos um total de 219 de nosso interesse. No

---

<sup>2</sup> No processo de levantamento bibliográfico, isto é, ao ler os títulos e resumos das pesquisas disponíveis na base de dados da CAPES deparamo-nos com sérios problemas de imprecisão e precariedade, sobretudo, visto que muitos/as pesquisadores/as não explicitam de modo objetivo e claro se a violência em meio escolar constitui de fato seu objeto de estudo. E, especialmente, não informam se investigam comportamentos violentos de professores/as, de alunos/as, de ambos ou de outros sujeitos da comunidade. Essa forma de produzir resumos prejudica muitíssimo a prática da pesquisa. Nesse sentido, Marin, Bueno e Sampaio (2005) apontam o mesmo problema em seus estudos. Portanto, não é uma dificuldade enfrentada nesta pesquisa, mas em muitas outras.

<sup>3</sup> Optamos por teses e dissertações, tendo em vista que na maioria das vezes são dessas produções que derivam os artigos que são publicados em anais de congressos, atas, periódicos, livros, etc.



entanto, via base CAPES<sup>4</sup> obtivemos integralmente somente 69 trabalhos. Recorremos, assim, às bibliotecas digitais das faculdades nas quais as pesquisas foram desenvolvidas e, eventualmente, ao COMUT<sup>5</sup>. Com esse procedimento localizamos mais 58 pesquisas, totalizando 127 textos integrais. Observe que apesar de nossos esforços ficamos com uma lacuna de 92 trabalhos entre os registrados (títulos e resumos) e os integralmente à disposição, reitera-se.

As 127 pesquisas consultadas foram divididas em 2 grupos, o primeiro traz 86 investigações que mencionam que o professor/a é protagonista de manifestações violentas. Todavia, nessas 86 investigações os/as alunos/as também são protagonistas de atos violentos contra seus professores/as, contra seus colegas e contra agentes da comunidade escolar de modo geral. O segundo grupo diz respeito as 11 pesquisas que tratam especificamente da violência objetivada pelo/a professor/a contra seu aluno/a em sala de aula. Outrossim, 30 das 127 investigações sequer mencionaram que o professor/a também comete violência em sala de aula, apesar de investigarem violência em meio escolar. Levando em conta nosso objeto e objetivo, para esta reflexão nos valem do conjunto de estudos que compõem o segundo grupo. Entretanto, por um lamentável acidente de percurso, provocado pelo sistema COMUT, aqui trabalhamos com 9 pesquisas do segundo grupo que é composto por 11 estudos.

## OS DADOS DAS FONTES

Organizamos a descrição/análise de nossas fontes do seguinte modo: 1) objetivos das pesquisas; 2) principais fontes/referenciais teóricos que as sustentam; 3) respectivos aspectos metodológicos; 4) seus principais resultados e, quando há, apresentamos as proposições que sugerem. Optamos pela descrição-análise por autores porque temos um baixo número de pesquisas que dizem respeito diretamente à violência cometida por professores/as contra seus/as alunos/as

---

<sup>4</sup> O site da Base de dados da CAPES é <http://bdtd.ibict.br/>

<sup>5</sup> Trata-se de um sistema de comutação bibliográfica de capítulos de livros, artigos de revistas especializadas, teses e dissertações que permite o intercâmbio desses materiais para bibliotecas conveniadas a tal sistema. O COMUT é organizado e coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.



Sônia Maria Ferreira Koehler defendeu sua tese em 2003 cujos objetivos são: **a)** revelar a prevalência do fenômeno Violência Psicológica dentro da escola, especificamente, nas relações interpessoais professor/a-aluno/a, bem como seus impactos no desenvolvimento da personalidade de crianças e jovens; **b)** mostrar o perfil da Violência Psicológica em termos de práticas pretensamente pedagógicas e os sentimentos dos/as alunos/as frente a essas práticas e **c)** investigar se a violência psicológica praticada pelo/a professor/a contra seus/as alunos/as é uma questão de gênero e de tipo de escola, isto é: pública e privada. Para a realização de seu estudo foi composta uma amostra de 516 alunos/as da 8ª série do Ensino Fundamental matriculados/as nas Escolas da Rede Pública (17 escolas – 441 sujeitos) e Particular (06 escolas – 75 sujeitos) do município de Guaratinguetá. Aplicou um “Survey” (Babbie, 1999) para a coleta dos dados e realizou entrevistas. Utilizou, ainda, representações gráficas dos/as alunos/as com o intuito de obter suas percepções acerca das características do/a professor/a que eles consideravam o/a pior professor/a que tiveram em sua trajetória escolar. Koehler analisou os dados à luz da teoria de Clark (1995) e Goldberg (1991) sobre a ‘raiva autêntica’ (self affirming anger) e da técnica de ‘categorização’ que pertence ao conjunto de técnicas da Análise de Conteúdo segundo Bardin (1977). Além disso, buscou respaldo, sobretudo em Nóvoa (1992); Reinhold (1984); Azevedo e Guerra (2001); Huberman (1992); Morin (2000) e em Klepsch & Logie (1984) e Tardivo (1998).

Dentre as constatações da autora sublinhamos que os atos de Violência Psicológica estiveram presentes na trajetória escolar de 94,6% dos sujeitos que integraram a amostra. Na rede pública 416 (94%) alunos/as sofreram violência psicológica: sendo 296 do gênero feminino e 120 do gênero masculino. Na Rede Particular os 72 sujeitos foram vítimas do fenômeno, o equivalente a 96% dos/as alunos/as, 48 do gênero feminino e 24 do gênero masculino. Nas duas redes de Ensino o ato de gritar é a Violência Psicológica manifestada pelo/a professor/a com maior frequência, em segundo lugar vem o ato de ‘humilhar’ e posteriormente ‘comparar depreciando’ que também é um tipo de humilhação. No que concerne aos sentimentos que o ato de gritar do/a professor/a suscita-nos/as alunos/as a autora verificou que a



maioria dos sujeitos da Rede Particular (43,1%) sente humilhado. Por outro lado, na Rede Pública o ato de gritar do/a professor/a desencadeia raiva na maioria (36,9%). Acerca da faixa etária dos/as 'piores professores/as', de acordo com a maioria dos/as alunos/as que compõe a amostra total, eles/as têm de 36 a 40 anos ou têm mais de 40 anos. Quanto às disciplinas ministradas pelos/as professores/as que mais cometem Violência Psicológica, os/as alunos/as da Rede Pública asseveram que são os/as professores/as que lecionam a disciplina Matemática. Segundo os/as alunos/as da Rede Particular os/as 'piores professores/as' lecionam a disciplina História. Além disso, a autora verificou que a amostragem indica que a Violência Psicológica ocorre independentemente do gênero do/a professor/a ou do tipo de escola na qual ele/a atua.

Preocupada em compreender as desigualdades entre alunos/as na etapa de alfabetização Denise Ziviani (2003) analisou a linguagem de um grupo de professoras no momento em que elas interagiam com seus/as alunos/as. Percebeu que há nessa comunicação estigmas no que concerne às questões étnicas e de gênero que prejudicam a trajetória escolar dessas crianças. Assim, dentre as indagações da autora destacamos: o que estaria acontecendo no percurso escolar dos meninos negros que, após três anos ou mais de escolarização, constituem a maioria dos alunos não alfabetizados? Como a discriminação é manifestada pelos/as professores/as contra seus alunos negros? E, afinal, como minimizar esse fenômeno? Essas indagações foram operadas por meio de uma proximidade da pesquisa-ação, Thiollent (2000) e Maciel (1999).

Nesse sentido, a autora propôs um trabalho de Grupo Operativo (Pichon-Rivière, 1986) no formato de "oficinas de dinâmicas de grupo" e o Círculo de cultura de Paulo Freire. Realizou, assim, sete oficinas com um grupo integrado por 14 professoras (educação infantil e primeiro ciclo) de uma escola pública da Rede Municipal de Belo Horizonte-MG. Além disso, realizou observação participante e entrevistas estruturadas em dois momentos distintos: início e término da pesquisa. Para analisar as falas dos sujeitos entrevistados utilizou a metodologia de Análise do Discurso segundo Brandão (1998). Também apicou como recursos metodológicos, sobretudo, a fotografia e o vídeo. Em outra fase da pesquisa Ziviani expôs os dados coletados aos agentes da comunidade escolar a fim de gerar reflexões no âmbito do grupo pesquisado.



A pesquisadora constatou que 75% das professoras demonstraram interesse em modificar sua prática pedagógica naquilo que ela possuía de discriminatório, isto é, mudanças no que concerne à linguagem, à postura e à relação afetiva que estabeleciam com seus/as alunos/as de etnia negra. Revelou, portanto, a potente influência da violência verbal dos/as professores/as no processo de ensino-aprendizagem.

Adriana Tessaro ao realizar seu mestrado em 2004 por meio de um estudo de caso em um 3<sup>a</sup> ano do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual localizada em Maringá – PR descreve e analisa o processo de práticas pedagógicas alicerçadas na concepção de uma professora. Segundo a autora, a professora acreditava que crianças ‘vítimas de negligência familiar’ – filhos de alcoólatras, de desempregados, de divorciados, enfim, crianças que não se enquadram no modelo ‘ideal’ de família nuclear – não são capazes intelectualmente. Consequentemente, no início do ano letivo a professora realiza a profecia que determina quais alunos/as irão fracassar em suas respectivas trajetórias escolares.

A pesquisa de Tessaro revelou que os/as alunos/as indicados/as pela professora como “vítimas de negligência familiar” recebem um tratamento diferenciado e constrangedor, resultando na segregação e exclusão dos/as mesmos/as, pois, para a professora, as causas do insucesso das crianças na vida escolar são externas à instituição, devendo ser buscadas na criança e em sua família. Para Tessaro essas crianças estão sendo vítimas de assédio moral por parte da professora. A professora preconceituosa representa uma ameaça constante à auto-estima dos/as alunos/as.

Os objetivos de Henriques (2004) são: a) investigar quais posturas didáticas constituem violência simbólica e psicológica que dificultam, por parte dos/as alunos/as, o processo e a vontade de aprender e b) refletir acerca das potencialidades dos cursos de formação de professores/as para lidar com situações violentas. Para apreender as inter-relações dos agentes investigados Henriques (2004) aplicou, assim, metodologia qualitativa com abordagem etnográfica sob a técnica de observação direta durante aproximadamente um ano letivo em duas escolas públicas de Ensino Fundamental situadas em Campinas-SP. Pierre Bourdieu, Bernard Charlot, Perrenoud, Miguel Arroyo e Paulo Freire são os principais autores que fundamentam esse trabalho.



Nesse sentido, a análise da autora das vivências escolares de 6 crianças – 4 meninas e 2 meninos – mostrou que violências simbólica e psicológica(sic) são praticadas por professores/as contra alunos/as cotidianamente em sala de aula. São elas: preconceitos, humilhações, omissões dos seus deveres e responsabilidades. Esses/as profissionais ignoram necessidades, colocações, dúvidas e interesses das crianças. Trata-se, portanto, de um paradoxo, pois a pesquisadora verificou que, em geral, as relações pedagógicas desmotivam e desfavorecem a aprendizagem dos/as alunos/as e, segundo a função dessas relações, deveriam motivá-los e favorecê-los. Essa pesquisa fortaleceu a concepção da autora de que a formação do/a professor/a tem se apresentado ineficaz, superficial e antidemocrática, sobretudo porque não o/a prepara adequadamente para os desafios escolares. Nesse sentido, segundo Henriques (2004), a violência na escola diminuirá quando as políticas públicas de formação de professores, inicial e continuada, priorizarem a humanização, o diálogo, o respeito e a conscientização do fenômeno investigado.

Creuza Martins Rodrigues Vale (2004) fundamentando-se, sobretudo, em Pierre Bourdieu investigou o clima emocional da sala de aula e sua relação com o rendimento escolar dos/as alunos/as, especialmente, a influência existente entre violência simbólica e rendimento escolar, em duas escolas públicas de Goiás. Valeu-se da observação direta não-participativa. A amostra foi composta por 171 alunos/as matriculados/as em quintas séries pertencentes à camada popular e 25 professores/as desses/as alunos/as. O instrumento usado na categorização das falas foi o Sistema Recíproco de Categorias de Ober et Al. (1971. In Monteiro, 1984). Os resultados apontam forte presença de violência simbólica em meio escolar e desdobramentos negativos deste fenômeno no processo de aprendizagem dos/as alunos/as, pois constitui um obstáculo na produção do bom clima emocional que envolve professores/as e alunos/as no contexto da sala de aula. Logo, mais uma pesquisa que revela a violência verbal, pois esta carrega muito simbolismo.

Luís Sérgio Peres (2005) a fim de analisar, principalmente, atitudes de violência manifestadas pelos/as professores/as de Educação Física e de apresentar o esporte de cooperação como uma possível alternativa para a mudança metodológica dessas práticas



pedagógicas (por meio da abordagem qualitativa) acompanhou o cotidiano de aulas dessa disciplina em três escolas da Rede Particular e em três escolas da rede pública estadual, situadas em três cidades da Região Oeste do Paraná. Sua amostra foi composta por 18 professores/as e 170 alunos/as, escolhidos aleatoriamente, que foram observados e entrevistados. Peres constatou que a prática pedagógica desses profissionais observados está permeada por abuso de poder, injustiças, agressividade no tom de voz ao chamar a atenção dos/as alunos/as por meio de gritos e palavrões, exclusão e desvalorização de alguns/as alunos/as. Essas atitudes foram vivenciadas quase diariamente e estão presentes na maioria das escolas investigadas.

Talita Banck Dalcin (2005) realiza um estudo no campo da historiografia da educação. Tem como objeto de investigação a análise das práticas punitivas e disciplinares exercidas pelos/as professores/as sobre seus/as alunos/as nas escolas isoladas de instrução pública primária do Paraná, no período de 1857 a 1882. Especificamente, a autora busca entender de que forma os castigos corporais contribuíram para uma formação voltada a disciplinarização e controle dos corpos dos sujeitos matriculados nas escolas no período citado. Ademais, verificou a representação social da época acerca desses castigos. Para isso pesquisou os acervos da Biblioteca e do Arquivo Público do Paraná e os seguintes documentos: relatórios de presidentes da província, inspetores da Instrução Pública e professores; correspondências provinciais; termos de visita dos inspetores paroquiais, mapas escolares, cartas, circulares e a coleção de leis da província do Paraná acerca da Instrução Pública no período estudado.

A autora identificou que os castigos físicos eram caracterizados pelos castigos corporais. Por tratar-se de uma sociedade patriarcal, cujas relações sociais cotidianas eram permeadas de atos violentos considerados normais pela maioria da população, as formas de punições escolares recebiam o mesmo veredicto. Verificou que os castigos físicos, os castigos morais (humilhações) e as premiações constituíam os recursos utilizados pelos/as professores/as para disciplinar, punir, civilizar os/as alunos/as e que, embora os castigos corporais não tivessem legitimação legal por todo o período estudado, estiveram presentes no cotidiano nesse período. Além disso, constatou que nem todos/as os/as professores/as da província do Paraná defendiam os castigos



corporais; experiência e sensibilidade eram fatores determinantes na escolha pelos diferentes mecanismos punitivos.

O estudo de Ronaldo Mauricio Sampaio (2008) recaí sobre as relações de poder no cotidiano da sala de aula: “o que realmente acontece na sala de aula quando a porta se fecha?”. Precisamente, o autor buscou refletir acerca das relações de poder e das manifestações de autoridade do/a professor/a, autonomia do/a aluno/a e violência simbólica no âmbito de todas as séries do Ensino Médio do CEFET- Januário – MG, escola de educação profissional técnica de nível médio. Foram aplicados questionários com roteiro semiestruturado. A amostra foi composta por 174 alunos/as pertencentes à referida instituição. Sampaio constatou que a autoridade do/a professor/a, dependendo da forma pela qual for canalizada, influencia de forma negativa o processo de aprendizagem, propicia a violência, a indisciplina e a perda da autonomia discente. Para ele, essa ‘autoridade’ implica em obediência.

Qual postura professores/as adotam frente aos conflitos entre alunos/as rotulados “normais” e alunos/as rotulados “diferentes”, eles lutam pela inclusão desses/as alunos/as ou também os/as agridem? Esta constitui a problemática da pesquisa qualitativa de Adriana Pena (2009). A partir dos binarismos homossexualidade/heterossexualidade, síndromes/ausência de síndromes, beleza/feiura, disciplina/indisciplina e negritude/branqueamento a autora, durante 3 meses, observou as aulas de todas as disciplinas de uma sala de oitavo ano da rede pública de Uberaba – MG. A referida sala de aula era composta por 34 alunos/as. Além disso, foram entrevistados/as professores/as, diretora, coordenadora e a psicóloga da escola. Fundamentou-se, sobretudo em Otavio Ianni, Boaventura Souza Santos, Michel Foucault.

Concluiu-se que o irracional discurso neoliberal homogeneizador em voga, criado pelos/as que detém poder para subjugar aqueles/as que possuem outros padrões culturais e identitários, está fortemente presente na sala de aula investigada. A análise dos dados mostrou que as referidas oposições binárias acarretam em preconceitos e exclusão por parte de alunos e por parte de professores/as. As vítimas são excluídas em função de características físicas, orientação sexual ou condição social: 1) a



discriminação ao homossexual se dá pelo afastamento. Professores/as se referem ao aluno homossexual como “aquele”. Ignoram discussões sobre homossexualidade. Concebem a homossexualidade de modo biologizante/genético; 2) o portador de Síndrome de *Down* também é vítima de violências de modo recorrente. Os/ professores/as contribuem para aumentar a discriminação contra esse aluno/, pois ora o ignoram, ora dão atenção demasiada ao mesmo. Muitos se dizem incapacitados para trabalhar com alunos/as como ele. 3) Uma menina, que não corresponde aos padrões estéticos de beleza por ser muito franzina e usar aparelho ortodôntico também é discriminada pelos/as alunos/as. Os/as professores, embora presenciassem agressões sofridas pela referida aluna, não questionavam os padrões de beleza da contemporaneidade. 4) Um aluno indisciplinado é discriminado pelos/as professores/as que frequentemente o expulsam da sala de aula. 5) Um outro aluno é discriminado por ser negro, colegas o chamam de macaco ou torrão. Professores/as ouvem essas discriminações racistas e não interferem. Para alguns/as professore/as manifestações racistas não passam de brincadeiras de adolescentes. Para outros/as não há racismo nessa sala. Para a pesquisadora os/as professores/as deveriam aproveitar aspectos dentro dos conteúdos curriculares para abordar temáticas, tais como xenofobia, discriminação, racismo, diversidade cultural. Para ela o multiculturalismo deveria ser discutido pelos/as professores/as, tendo em vista superar a violência em questão.

A análise dos dados oriundos de nossas pesquisas-fonte evidenciou que professores/as de diferentes estados brasileiros, diferentes gêneros, diferentes níveis de ensino, que ministram diferentes disciplinas, em sua maioria, cometem violência contra seus/as alunos/as em sala de aula. Além disso, eles/as acreditam na legitimidade de seus atos. A pergunta que fazemos é a seguinte: como solucionar os problemas da escola brasileira que são derivados da violência em ambiente escolar se aqueles/as que deveriam erradicá-los são também seus produtores? Outra pergunta: Por que será que há poucos investimentos sobre violência cometida por professores/as e investimento considerável na temática violência por alunos/as contra professores/as?

Não é apenas no âmbito da produção de teses e dissertações que encontramos poucos investimentos à compreensão das duas faces da violência em meio escolar.



Nunes (2011), por exemplo, em seu guia para educadores/as nos apresenta praticas restaurativas (atividades de reflexão, ferramentas pedagógicas), que segundo o autor, são capazes de restaurar a paz nas escolas, ensinando os/as alunos/as a respeitarem ao próximo e os/as professores a solucionar conflitos de modo pacífico. Entretanto, o referido autor não leva em conta que o próprio professor é protagonista de manifestações violentas em sala de aula. É preciso reiterar que a efetivação de tais práticas requer, primeiramente, a conscientização do/a professor/a enquanto agente fundamental no combate à violência em sala de aula e ou em ambiente escolar. A nosso juízo a incorporação de consciência, por parte dos/as professores/as, cabe em grande parte aos cursos que preparam esses/as profissionais, como também advogam nossas pesquisas-fonte.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao fim e ao cabo, nosso levantamento bibliográfico, desafortunadamente, mostrou-nos que professores/as brasileiros/as, diversos, cometem diferentes, e muitas, violências contra seus/as alunos/as em salas de aula. O que acontece, indistintamente, no setor privado e no setor público da educação escolarizada em nosso país. Será que a violência em sala de aula no Brasil não tem fim? Dalcin é quem nos ajudou a fazer essa pergunta quando mostrou que desde o final do século XIX professores/as desrespeitam das mais diferentes maneiras e modos seus/as alunos/as no contexto brasileiro. E as demais investigações aqui utilizadas mostram que esse fenômeno continua ocorrendo, finais do século XX e início do século XXI. Nesse sentido, a longevidade da violência em sala de aula no Brasil passa ao largo de nossa democratização em sentido amplo.

Outra pergunta que este estudo suscitou-nos é a seguinte: por que será que há poucos investimentos sobre violência cometida por professores/as e investimento considerável acerca da temática ‘violência por alunos/as contra professores/as’. Nesta pesquisa trabalhamos com 127 investigações que tratam desse último fenômeno citado e apenas 11 tratam da violência por professores/as contra seus alunos/as. Lembre-se, por exemplo, que Nunes (2011) em seu guia para educadores/as nos apresenta praticas restaurativas (atividades de reflexão, ferramentas pedagógicas), que segundo ele, são



capazes de restaurar a paz nas escolas, ensinando aos/as alunos/as a respeitarem o próximo e aos/as professores/as a solucionar conflitos de modo pacífico.

Entretanto, o referido autor não leva em conta que o próprio/a professor/a é protagonista de manifestações violentas em sala de aula. Ainda que Nunes não investigue o fenômeno ‘violência por professor/a’, não se pode esquecer que a efetivação das práticas sugeridas por ele requerem, inexoravelmente, a conscientização do/a professor/a enquanto agente fundamental no e do combate à violência, nossas fontes mostram o contrário disso. Esse descompasso ressalta apenas uma face do lado sombrio da cartografia escolar brasileira. O que queremos é trabalhar com as duas faces dessa cartografia para não fazermos injustiças, ou, até, tratarmos o fenômeno também com violência na medida em que comumente os/as alunos/as são os agentes considerados como os/as que ocupam no processo ensino-aprendizagem o lado mais fraco.

Ademais, nossas fontes reiteraram nossa problemática: será que a violência é uma estrutura estruturada estruturante do engendramento do *habitus* professoral de professores/as brasileiros/as? Levando em conta que essa problemática exerce função operacional em nossos estudos e, colocando-a à luz das investigações mostradas pode-se anunciar uma grande chance de chegarmos à conclusão, ao final de nossas investigações, que o trabalho docente de professores brasileiros é desenvolvido por meio de uma estruturação violenta, e parece-nos que compõe ontologicamente esse trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DALCIN, T. B. (2005). Os castigos corporais como práticas punitivas e disciplinadoras nas escolas isoladas do Paraná (1857-1882). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná – Educação, Curitiba-PR.

HENRIQUES, S. L. A. (2004). As práticas pedagógicas do cotidiano escolar com fontes de violência na sala de aula. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Santos – Educação, Santos.



KOEHLER, S. M. F. (2003). Violência psicológica: um estudo do fenômeno na relação professor - aluno. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Psicologia Escolar e do desenvolvimento Humano, São Paulo-SP.

MARIN, A.; BUENO, J. G.; SAMPAIO, M. M. Escola como Objeto de Estudo nos Trabalhos Acadêmicos Brasileiros: 1981/ 1998. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 1 – 23, jan./abr. 2005.

NUNES, A. O. Como restaurar a paz nas escolas: um guia para educadores. Ed. Contexto: São Paulo-SP, 2011.

PENA, A. C. P. (2009). Desigualdades e Diferenças na sala de aula: A nomeação dos diferentes na produção da inclusão/exclusão escolar. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia – Educação, Uberlândia-MG.

PERES, L. S. (2005). A prática pedagógica do professor de Educação Física: Atitudes de violência no contexto escolar. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Educação, São Paulo-SP.

SAMPAIO, R. M. (2008). As relações de poder e violência no cotidiano escolar: entre a autoridade, a autonomia e o autoritarismo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Educação agrícola, Rio de Janeiro-RJ.

TESSARO, A. (2004). Estigma e preconceito como expressões da exclusão escolar: uma questão na formação de professores? Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá – Educação, Maringá-PR.

VALE, C. M. R (2004). Violência simbólica e rendimento escolar. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília - Educação, Brasília-DF.

ZIVIANI, D. C. G (2003). À Flor da Pele: a alfabetização de crianças negras entre o estigma e a transformação. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais - Psicologia, Belo Horizonte-MG.